

Editorial

Sem pejo

A Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa, presidida pelo *cardeal* Ângelo Correia, promoveu em 25 de Junho o Fórum Económico Portugal-Iraque. Objectivo: fazer negócio.

O ministro iraquiano da Construção e Habitação, Al-Derajy, acenou com 150 mil milhões de euros de investimento e, bom vendedor, disse que mais ganha quem chegar primeiro. Tanto bastou para que o secretário de Estado das Obras Públicas, Sérgio Monteiro, visse a ocasião de as firmas lusas fazerem no Iraque o que não fazem em Portugal por força da crise. E para que o ministro da Economia, Santos Pereira, destacasse a oportunidade de Portugal se tornar um "eixo geoeconómico estratégico" (sic) e quiçá sair da fossa.

Idiotices à parte, o que é hoje o Iraque? É um país fulminado por uma agressão que fez um milhão de mortos e 5 milhões de refugiados. Governado por uma ditadura assente em seitas e em golpes de mão, que condenou à morte 1200 pessoas e as executa às dezenas de cada vez. Um território ocupado por 50 mil soldados estrangeiros e policiado, fora de qualquer lei, por milhares de gorilas privados. Um país desfeito, tornado fonte de lucros para quem o destruiu.

Eis o regime "seguro" que o ministro Al-Derajy garantiu aos investidores portugueses. Eis o país onde o ministro Santos Pereira ambiciona aplicar a "excelência" da tecnologia portuguesa – na construção, nos recursos hídricos e na energia, precisamente o que a guerra cuidou de arrasar.

O videirinho Ângelo Correia e o apalermado Santos Pereira continuam a obra de Durão e de Portas, em 2003, no apoio a Bush e na apologia da guerra. São a imagem de uma burguesia sedenta de lucro e que não olha a meios. Se cá dentro a sua sede de exploração tem de se recobrir (ainda) com véus de legalidade e de democracia, lá fora essa mesma gula não tem que ter disfarces. Como no tempo do mais desbragado colonialismo.

MUDARDEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50 €

Maio-Junho 2012 / número 33



Mineiros asturianos em greve enfrentam a polícia de choque enviada pelo governo para os silenciar

Astúrias, Espanha

8 mil mineiros em greve põem polícia em respeito

Mais de 200 mineiros de vários pontos do norte de Espanha caminham desde 22 de Junho em direcção a Madrid numa Marcha Negra em que reclamam a reposição dos apoios estatais à exploração de carvão. Os cerca de 8 mil mineiros espanhóis (das Astúrias e Leão, mas

também de Castela e de Aragão) entraram em greve por tempo indeterminado em final de Maio, quando o governo de Rajoy anunciou um corte drástico nos subsídios que ameaça fazer encerrar as minas de carvão. A determinação dos mineiros asturianos ficou bem patente nos confrontos com a polícia. **página 12**

Conspiração contra a Segurança Social *pág. 3*

Para que não se percam os frutos da civilização *pág. 6-7*

Palavras mágicas: défice, competitividade, crescimento... *pág. 8*

As eleições gregas e francesas em análise *pág. 10-11*

Para que servem os serviços de informações?

Segundo Júlio Pereira, secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), ouvido em 1 de Junho na Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República, os relatórios sobre figuras públicas (Pinto Balsemão ou Ricardo Costa, director do Expresso), que foram encontrados na posse de Jorge Silva Carvalho, não terão sido feitos pelos serviços que tutela. E no meio das grandes trapalhadas e da promiscuidade agora vindas a público, também surge um ministro, Miguel Relvas, mentiroso e manipulador, que procura apresentar-se como vítima!

Recordemos que o SIRP é constituído por dois serviços: SIS (para a Segurança Interna) e SIED (para as Informações Estratégicas de Defesa), ambos fazendo parte do aparelho repressivo do Estado. Quem já foi escutado, fichado e provocado pelas polícias do Regime, ou quem tenha estudado bem o assunto, sabe o que efectivamente representam os Serviços de Informações, ao serviço de quem estão. Trabalhadores, comunistas, anarquistas e outros radicais são os seus alvos.

Não acreditando na generalidade das afirmações feitas pelos homens dos Serviços de Informações, como Júlio Pereira, posso admitir que neste caso seja verdade parte do que ele diz. Houve grande escândalo com os Serviços, mas por que na devassa foi atingida a sua própria gente – a gente para quem as “secretas” (e também os média) trabalham.

Aqui, houve um desvio dos objectivos essenciais dos

Serviços, numa guerra entre grupos económicos e de poder pessoal. Na actual situação (até porque PSD, CDS e PS, pouco diferem nos objectivos e nas propostas), faz pouco sentido que as “secretas” andem a elaborar relatórios sobre elementos de confiança das próprias classes dominantes. Pois a actividade das “secretas” é dirigida fundamentalmente contra os trabalhadores mais combativos, os militantes e as organizações políticas anti-sistema, assim como contra o “inimigo” externo. Mas faz sentido a interrogação: se os espões fazem isto aos seus, à gente para quem trabalham, o que são capazes de fazer aos outros?

No caso português (depois da queda do fascismo e da PIDE), há décadas que os Serviços de Informações levam a cabo os seus trabalhos policiais. Pinto Balsemão, Mário Soares ou Marques Júnior (o tal fiscal que ainda não há muito tempo afirmava que no Serviço de Informações tudo estava bem), assim como os restantes

dirigentes burgueses, são responsáveis ou cúmplices pela constituição e manutenção deste sector do aparelho repressivo do Estado.

Depois de tudo o que já sabíamos e do mais que agora veio a público, as recentes afirmações de confiança e transparência proferidas por Passos Coelho e por Cavaco Silva, a propósito dos Serviços de Informações, procurando sossegar os pacóvios, soam demasiado a ridículo. Estes políticos não são ingénuos – sabem o que estão aqui a fazer e dizer.

Mais. Quando ouço alguém de esquerda falar na necessidade de Serviços de Informações, vislumbro logo os prováveis interesses económicos em jogo, assim como a linha ideológica que subjaz ao pensamento de quem o faz. Dos patrões, dos burgueses, da gente de direita, sabe-se bem a razão porque afirmam a necessidade de tais Serviços. Sem as “secretas” o domínio das classes burguesas correria maiores riscos. Mas conhecido o papel dos Serviços de Informações na manutenção do actual sistema político-económico, quem seja efectivamente contra este sistema não pode defendê-los. Uma coisa me parece certa: ao defender Serviços de Informações, mesmo que consertados, reformados, fiscalizados, quem quer que o faça está pura e simplesmente a defender o sistema de exploração e opressão capitalistas.

Pedro Goulart

Em poucas palavras

Estamos a assistir ao renascimento da PIDE/DGS? Para que servem as secretas? Quanto custam ao país?

As Parcerias Público Privadas custam 3,5 milhões de euros por dia aos portugueses. Já que vivemos em ditadura dos números, o governo que explique em detalhe e ao cêntimo este monumental rombo nas contas públicas.

Pela transparência e contra os escondidos negócios do Estado, o governo tem de revelar quanto é que o ministro das privatizações António Borges auferiu para vender o que resta do país ao estrangeiro.

As famílias gregas recebem mais 3600 euros anualmente que as portuguesas. Porque é que a Grécia virou à esquerda e Portugal à direita?

A revolta social no sul da Europa, com epicentro na Grécia, está em marcha contra as partidocracias corruptas apoiadas pela burocracia da UE e pelos mercados capitalistas internacionais. Porque é que não se acertam as greves gerais nacionais para o mesmo dia a fim de parar radicalmente o trabalho como alerta contra o neofascismo que domina o capital nesta zona da moribunda moeda única?

A resposta contra os abutres dos mercados capitalistas internacionais vem da América Latina: Argentina, Bolívia e Venezuela avançam na nacionalização e expropriação do investimento estrangeiro sem direito a indemnização.

Fernando Barão

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart

Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

Site David Raposo

Contactos

Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com
www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

Conspiração contra a Segurança Social

De tempos a tempos, desencadeiam-se campanhas contra a Segurança Social e a sua alegada insustentabilidade, produzidas pelos governos do capital e ampliadas por alguns “cientistas sociais” e jornalistas ao serviço do patronato. Como a recente tentativa de relançar a discussão do tema, encetada pelo ministro Mota Soares, que defendeu a urgência de uma reforma, para que o Estado deixe de gerir “fortunas” e “poupanças”. Escondeu o ministro e “esquecem” os defensores desta política de privatizações, a que alguns chamam de neoliberal, que milhões de norte-americanos perderam as suas poupanças e foram atirados para a pobreza, devido à falência de vários bancos e companhias de seguros no seu país.

O capitalismo tem feito do aumento do tempo de vida das pessoas um prejuízo (quando é um ganho social). Na perspectiva dos operacionais da burguesia, os velhos/reformados são improdutivos, logo estão a mais; é, portanto, a perspectiva do lucro que torna o necessário crescimento dos apoios sociais uma coisa indesejável e, logicamente, torna “impossível de gerir” uma Segurança Social em que os recursos diminuem. Esses operacionais escondem os grandes interesses económicos da Banca e das Seguradoras, que subjazem às suas campanhas, pouco se referem às razões das enormes dívidas à Segurança Social e nunca aludem às malfeitorias que sucessivos governos do chamado arco governativo têm levado a cabo neste domínio. Numa perspectiva social(ista), os recursos necessários para proporcionar uma melhor Segurança Social devem ser procurados onde há riqueza, portanto, carregando nos impostos sobre as grandes fortunas, a banca, as grandes empresas, a bem do todo social.

Uma portaria governamental de fins de Abril, que eliminou temporariamente as restrições ao investimento em dívida privada do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), e que vigorará durante o período da, assim chamada, assistência financeira a Portugal, até 2014, aumentando seriamente o risco a que ficam expostos estes fundos. Isto é,

uma parte do investimento do FEFSS, que até agora estava condicionado ao “rating” das diversas instituições, poderá vir a ser aplicada em produtos financeiros tóxicos. Lembramos que o FEFSS foi criado com o objectivo de assegurar as pensões dos portugueses no futuro, se o sistema previdencial entrar em défice. Além disso, este fundo deveria ser alimentado com uma transferência obrigatória de parte das contribuições dos trabalhadores e empresas, embora tal transferência tenha estado suspensa nos últimos anos.

Outro factor poderoso a considerar, contrário à sustentabilidade do sistema previdencial, em Portugal, encontra-se bem documentado num recente estudo de Eugénio Rosa. Aqui, o conhecido economista, afirma que as dívidas a este sistema, em finais de 2011, devem ter atingido mais de 10.000 milhões de euros, sem que o Estado tenha levado a cabo um eficaz trabalho na sua recuperação. Trata-se, segundo Eugénio Rosa, de um autêntico escândalo a nível de evasão e fraude, assim como da não cobrança de parte significativa destas dívidas. E, claro, tudo isto ajuda a fortalecer a desonesta argumentação daqueles que procuram por todos os meios desacreditar a Segurança Social, visando desviar parte significativa dos seus meios para o sector privado.

Saliente-se que o que acima foi dito, referindo-se à Segurança Social portuguesa, se situa no



O capitalismo tem feito do aumento do tempo de vida das pessoas um prejuízo, quando é um ganho social.

Na óptica dos operacionais da burguesia, os velhos e reformados são improdutivos, logo estão a mais.

A perspectiva do lucro é que torna o crescimento dos apoios sociais uma coisa indesejável

quadro do estado capitalista. E recorde-se que na Europa capitalista, na segunda metade do século XX, a pujante força da Segurança Social se deveu às lutas proletárias e à então correlação de forças existente à escala mundial. Alterada essa correlação de forças (desfavorecendo os explorados) e enfraquecida a luta de classes, nas últimas décadas assistiu-se a grandes ofensivas do patronato contra as conquistas das classes trabalhadoras, nomeadamente no domínio do sistema previdencial, o que também aconteceu em Portugal. E os diversos governos do capital, principalmente os últimos, têm-se encarregado não de resolver os problemas da sustentabilidade da Segurança Social portuguesa, mas, sobretudo, de retirar direitos aos trabalhadores e pensionistas, procurando desviar parte dos dinheiros da Segurança Social para as mãos dos bancos e das seguradoras. Ao mesmo tempo

que pretendem institucionalizar no País a prática da caridadezinha.

Enquanto o sistema capitalista opressor vigorar, e para não sermos reduzidos à condição de escravos, é indispensável defender vigorosamente, e por diversos modos, os direitos e as conquistas conseguidas pelas classes trabalhadoras, designadamente na Segurança Social.

Seria bom que da convergência das lutas surgissem milhares de Espártacos revoltados contra a moderna escravatura em construção. E que procurassem perspectivar o combate em ordem à construção de um outro sistema económico-social mais justo, onde efectivamente sejam acutelados os interesses das classes trabalhadoras e do povo. Pelo menos, até que os proletários se assumam como classe e tomem o poder.

Pedro Goulart

Subir salários, sim, mas com que armas?

Comentário aos argumentos do secretário-geral da CGTP

No discurso do 1.º de Maio, em Lisboa, e uma semana mais tarde, após uma reunião com o ministro a Economia, o secretário-geral da CGTP defendeu a subida dos salários, tanto do salário mínimo como dos demais. Tirando o patronato, ninguém se atreverá a contestar tal reclamação. Inteiramente de acordo, portanto, quanto ao objectivo. Mas o mesmo não podemos dizer quanto à argumentação que Arménio Carlos usa em defesa da proposta. E porque essa argumentação denuncia a fraqueza política da reivindicação, nos termos em que é feita pelo líder da CGTP, importa determo-nos um pouco sobre os argumentos usados.

Em declarações às cadeias de televisão, AC referiu a proposta de subida de salários como necessária para “dinamizar o mercado interno”, sublinhando que as “empresas podem também sair beneficiadas e vender mais e se vendem mais criam mais emprego e se criam mais emprego significa que a economia está a crescer”. A conclusão de AC surge então sem surpresa: “Este é o salto qualitativo que temos de dar na nossa economia”.

Assim apresentada, a medida seria então benéfica para toda a gente, tanto para patrões como para assalariados, e seria mesmo a via para tirar do lodo “a nossa economia”, isto é, o capitalismo nacional. Uma panaceia, no verdadeiro sentido do termo. Há, porém, uma pergunta de algibeira a fazer: Se a medida é assim tão boa, até para o capital, porque é que não foi já posta em prática? Porque é que os patrões não tomaram eles próprios a iniciativa? E, sobretudo, porque é que insistem em fazer exactamente o contrário – baixar salários?

A crise vista às avessas

A argumentação de AC, por muito aliciante que possa soar, não tem relação com a realidade. AC vê a crise do capitalismo às avessas.

Na verdade,

- Não é por falta de consumo que o capitalismo está em crise, é por excesso de produção. Produção que não se venda significa mais-valia que não se realiza, lucro que não retorna ao capital investido, travagem na acumulação.

- Havendo excesso de produção, não só diminui o investimento

produtivo como se dá a liquidação do capital menos competitivo. O capital foge para outras aplicações (nomeadamente a especulação), fecha as empresas e põe os trabalhadores na rua.

- O ciclo vicioso fecha-se, então: os bancos não emprestam à produção porque esta não tem rentabilidade assegurada nem retorno garantido do capital investido; o crédito seca porque os bancos temem perder o dinheiro que emprestam.

A crise é, portanto, o resultado de uma quebra da rentabilidade, da “lucratividade”, do capital. É esta queda da taxa de lucro que afasta da produção grande parte do capital, tomando-o improdutivo. Muito dele acumula-se, então, na finança, tentando ganhar em juros o que não ganha em lucro.

Ora, é precisamente para tentar contrariar a queda da taxa de lucro e fazer subir a rentabilidade dos investimentos que o capital despede e baixa salários. Os baixos salários (e a política patronal de abaixamento dos salários, bem como de despedimentos) são, pois, o resultado e não a causa da crise económica – como de resto temos visto pela evolução dos acontecimentos desde, pelo menos, 2008.

Para citar o que foi dito por uma autoridade no assunto:

“Qual é a lei geral que determina a queda e a subida do salário e do lucro na sua relação recíproca? Estão na razão inversa um do outro. A quota-parte do capital, o lucro, sobe na mesma proporção em que a quota-parte do trabalho, a jorna, desce, e inversamente. O lucro

sobe na medida em que o salário desce, e desce na medida em que o salário sobe.” (Karl Marx, *Trabalho Assalariado e Capital*, 1847-49)

Um esquema irreal

Como se pode então tentar convencer os patrões a aumentarem salários nestas condições? E, ainda mais, de que lhes é vantajoso aumentar os salários?

O esquema que AC parece ter em mente só poderia funcionar, eventualmente, em duas condições:

Uma, seria os negócios estarem em expansão e o capital ter, por isso, falta de mão de obra. Não é o caso, obviamente.

Outra, seria o Estado substituir-se ao capital privado e promover investimentos geradores de uma procura que arrastasse depois o investimento privado. Foi esta a política seguida no mundo capitalista após a depressão económica dos anos de 1930. Mas o êxito dessa via de intervenção estatal contou com a destruição massiva de capital provocada não só pela depressão como sobretudo pelas duas grandes guerras.

Passado o efeito de expansão do capitalismo nas três décadas posteriores a 1945, essa via de intervenção estatal chegou aos limites e fracassou nos anos 70-80. A queda da taxa de lucro dos capitais, ou seja a quebra da sua rentabilidade, que acompanhou o crescimento económico dessas três décadas; o aumento exponencial da produção e da concorrência; a redução dos salários relativos (e portanto do poder de compra dos trabalhadores) quando comparados com o volume atingido pela produção –

conduziram a um excesso de bens, tornados invendáveis, e a um excesso de capital sem aplicação produtiva. É essa a raiz da presente crise.

O mirífico mercado interno

Dir-se-á ainda, na lógica de AC de “dinamizar o mercado interno”: mas não há tanta gente com carências? Não é essa gente um mercado potencial? Não poderia fazer-se um plano nacional, digamos, que produzisse para ir ao encontro das necessidades básicas dessa população carenciada?

Em abstracto tudo parece possível. Mas, como se sabe, não é para essas pessoas que o capital produz. O capital produz para lucrar e nenhum capitalista está na disposição de subir os salários dos seus trabalhadores para eles poderem comprar mais bens que outros capitalistas produzem.

Além disso, não se pode esquecer que a integração europeia é um facto. O capital português tem hoje os seus interesses interligados com os de outros capitais europeus; e a sua dependência face aos grupos mais poderosos faz dele uma peça subalterna sem vida própria. É por isso que o nosso mercado interno é diariamente devassado, em todos os sectores, pela concorrência dos capitais europeus mais poderosos – quando não pela aliança destes com os grupos portugueses dominantes.

Produzir para satisfazer as

“Qual é a lei geral que determina a queda e a subida do salário e do lucro na sua relação recíproca? Estão na razão inversa um do outro. O lucro sobe na medida em que o salário desce, e desce na medida em que o salário sobe.”
Karl Marx



necessidades sociais, sobretudo as das populações mais pobres, não só significaria subverter a lógica de funcionamento capitalista da produção, que tem por base o lucro a todo o custo, como ainda implicaria afrontar aquela a teia de interesses. A “dinamização do mercado interno”, portanto, nunca seria, seguramente, uma decorrência pacífica de qualquer política – menos ainda um resultado automático do encadeado apresentado por AC entre a subida dos salários e o crescimento económico.

Atacar as bases do sistema

Não é então possível, nestas condições, defender a subida dos salários e obter uma subida efectiva dos salários? É possível, sim – na condição de o capital ser forçado a ceder perante a luta dos trabalhadores. Mas não é esta a hipótese colocada pelo secretário-geral da CGTP, que procura fazer omeletas sem partir os ovos.

AC parece querer convencer o capital de que está a ver mal o filme. Na verdade a sua mensagem dirige-se aos trabalhadores. No fundo, está a dizer-lhes que podem ter esperança de alterar a penúria em que vivem sem tocar nos

privilégios do capital, ou até beneficiando-o com o bónus de um “crescimento económico”. É aqui que reside a fraqueza política dos argumentos de AC. A realidade mostra o contrário do que ele sugere: diante da crise actual, que é sinal da decadência geral do capitalismo, a luta dos trabalhadores não pode deixar de atacar as bases do sistema. É o sistema de exploração que tem de ser posto em causa – não há ganhos para ambos os lados, nem mesmo no que respeita ao nível dos salários.

Se não quiserem ser derrotados à partida na justíssima exigência de subida de salários, os trabalhadores são pois forçados pelas circunstâncias a enfrentar a luta com a noção de que ela não é viável sem ferir os interesses do capital. As gritantes contradições de interesses que podemos observar trazem ao de cima a irracionalidade do sistema capitalista; combatê-la é portanto um factor de mobilização dos trabalhadores para a luta. Tem todo o sentido, por exemplo, reduzir as horas de trabalho sem reduzir salários, a fim de dar trabalho a todos; ou subir os salários e pensões para assegurar um mínimo de condições de vida e reduzir as

colossais disparidades de rendimento.

Mas isto significa atacar os privilégios das classes dominantes. Tudo depende, portanto, da capacidade dos trabalhadores para reerguerem a luta contra o capital – não do bom senso dos capitalistas.

Os argumentos de AC, pelo contrário, adoptam uma postura de senso comum (na verdade uma completa ilusão), segundo a qual se pode fazer o país sair da crise (e porque não, já agora, a Europa e o mundo, aplicando-lhes a mesma receita?) sem tocar nas regras de funcionamento do sistema capitalista. Vai assim ao encontro não do espírito de classe dos trabalhadores, mas dos espíritos ingénus que julgam que o melhor caminho para resolver os conflitos sociais está na busca de uma fórmula que concilie todos os interesses – não vendo que eles são antagónicos.

É justamente nas épocas de crise como a que estamos a viver que este antagonismo fica mais claro – e se torna, portanto, não só necessário mas, de certo modo, mais fácil atacar pela base o sistema de exploração.

Urbano de Campos

Especialistas

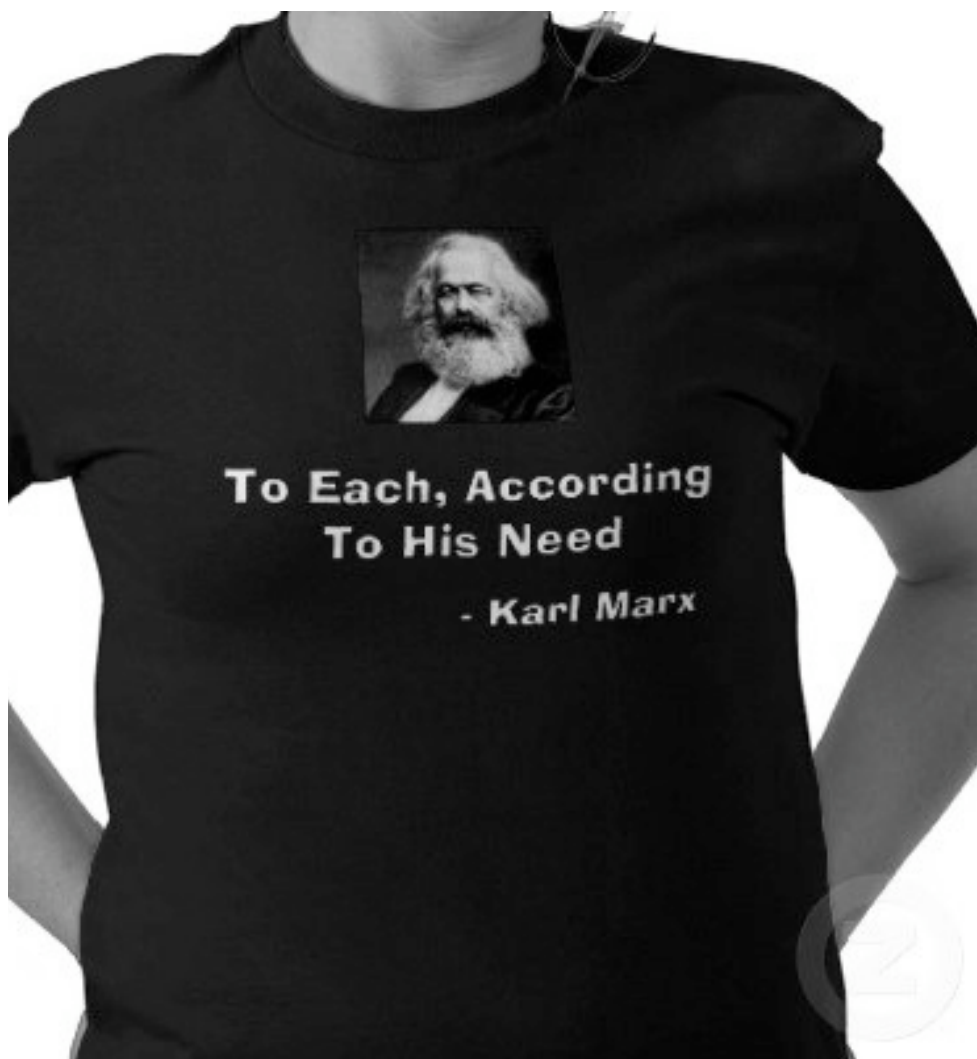
O governo de Passos Coelho, dito tão amigo da austeridade e da transparência, tem vindo a nomear numerosos familiares, filhos de amigos e afilhados para cargos especialistas/assessores nos seus vários ministérios. Estes “especialistas” (há listas onde se podem ver os nomes dos contemplados) têm menos de 30 anos e em vários casos apenas 24/25 anos! E recebem, em geral, cerca de 3000 euros mensais, incluindo os subsídios de Férias e Natal, que tomam, por vezes, o nome de abonos suplementares.

Os condecorados

Todos os anos, no 10 de Junho, o Presidente da República, como representante das classes dominantes, condecora um conjunto de figuras que, de uma ou outra forma, tenham ou possam contribuir para a coesão e glória do regime. Este ano, entre as dezenas de condecorados, salientam-se os nomes de Lobo Xavier e António Barreto, dois destacados homens de mão do capital, José Hermano Saraiva, historiador e ministro salazarento, vários ex-chefes militares e alguma outra gente do sistema. Pena é que tenham ficado esquecidas duas figuras gradas da pátria e de grande confiança de Cavaco Silva: Dias Loureiro e Oliveira e Costa.

Cavaco não hesita

Quando se trata de atacar direitos dos trabalhadores, Cavaco Silva não tem dúvidas nem se engana. Sem hesitações de natureza constitucional ou política, promulgou as alterações ao Código do Trabalho, de agrado dos patrões. Exortou a que se assegure a estabilidade legislativa com vista à “recuperação” do investimento, criação de emprego e relançamento “sustentado” da economia. Com o beneplácito do PR, os trabalhadores vão ter menos férias e feriados, será alargado o banco de horas e o trabalho extraordinário pago pela metade, o despedimento vai ser mais fácil e o valor das indemnizações reduzido.



A cada um, conforme as suas necessidades.

Realizou-se de 3 a 5 de Maio deste ano, na Faculdade de Letras de Lisboa, um congresso designado

Marx em Maio – Perspectivas para o século XXI,

por iniciativa do Grupo de Estudos Marxistas daquela Faculdade.

Foi uma importante ocasião para trazer o pensamento marxista a debate, sobretudo considerando a crise mundial que o capitalismo atravessa e a necessidade de reerguer a luta anticapitalista.

A intervenção que tive oportunidade de fazer, a convite do GEM, será publicada por partes. Nesta primeira parte lembra-se como Karl Marx encarava o combate às contradições do capitalismo e defende-se a ideia de que a actual crise é uma radiografia do estado terminal a que chegou a civilização burguesa. Limitá-la às suas manifestações económicas é um dos vícios que bloqueia o crescimento de um movimento revolucionário.

Para que não

Intervenção no Congresso Marx em

E escolhi como título desta intervenção a frase “Para que não se percam os frutos da civilização” que é parte de um parágrafo de uma conhecida carta de Karl Marx a Pavel Annenkov (de 1846) em que Marx dá a sua opinião acerca de Proudhon, antes ainda de ter escrito a *Miséria da Filosofia*.

O parágrafo inteiro diz o seguinte:

“Os homens nunca renunciaram ao que ganharam, mas isso não quer dizer que não renunciem à forma social em que adquiriram certas forças produtivas. Muito pelo contrário. Para não serem privados do resultado obtido, para não perderem os frutos da civilização, os homens são forçados a mudar todas as suas formas sociais tradicionais, a partir do momento em que o modo do seu comércio já não corresponde às forças produtivas adquiridas.” (1) “Comércio” no sentido lato de relação, transacção.

“Derrubar a própria base das contradições”

Esta afirmação da necessidade histórica das revoluções sociais é acompanhada de uma crítica impiedosa ao desejo de Proudhon de conciliar as contradições do sistema capitalista em vez de pensar “no derrube da própria base dessas contradições”. E Marx comparava essa tentativa de conciliação ao que sucedera nas vésperas da revolução francesa de 1789, afirmando os seguinte:

“No século XVIII uma multidão de cabeças mediocres estava ocupada em encontrar a verdadeira fórmula para equilibrar as ordens sociais, a nobreza, o rei, os parlamentos, etc., e no dia seguinte já não havia rei, nem parlamento, nem nobreza. O justo equilíbrio entre esse antagonismo (conclui Marx) era o derrube de todas as relações sociais, que serviam de base a essa existência feudais e ao antagonismo dessas existências feudais.” (2)

O papel do comunismo marxista

Marx mostra aqui como são inúteis as tentativas de conciliar os termos irreductíveis das contradições sociais quando elas chegam ao seu ponto culminante – isto é, quando as sociedades se abeiram do seu termo histórico.

A ideia que trago a este debate é a de que a actual crise capitalista é uma radiografia do estado terminal a que chegou a civilização burguesa. De que não estamos a passar apenas por mais um ponto baixo de mais um ciclo do processo produtivo, mas estamos a viver a falência do sistema produtivo capitalista que chegou a um limite, que entrou na sua fase senil. Com isso está em causa todo o edifício social que assenta nesse sistema produtivo. As contradições em que o capitalismo está enre-

O se percam os frutos da civilização

em Maio (I)

dados não podem ser resolvidas dentro dele próprio; só uma revolução social o pode fazer da única maneira viável: pondo fim às relações sociais capitalistas.

Consequentemente, a acção do comunismo marxista, tem de ser guiada por este propósito se quiser ter um papel na transformação social que está em gestação.

Passo aos argumentos.

Porque não cresce o movimento revolucionário?

O discurso dominante sobre a crise procura encerrar o problema numa espécie de círculo de giz “económico”. É a tentativa de absolver o sistema social capitalista. Na verdade, o que está em causa não é a “economia” (que é uma coisa que em si não existe), mas a economia capitalista; e a crise não é dos negócios, mas de uma civilização inteira.

Mas esta restrição da crise ao “económico” domina. E domina de tal modo que penetrou, ainda que sob formas modificadas, o senso comum e mesmo a esquerda.

O círculo de giz funciona.

Funciona, por exemplo, quando se trata o neoliberalismo como uma deriva mental dum fracção da burguesia responsável pela deriva material do sistema, aceitando a ingenuidade de pensar que uma qualquer ideologia possa alterar as leis de funcionamento do capitalismo;

Ou quando se atribui à globalização e à financeiraização do capital a origem da presente crise mundial, em vez de ver nelas recursos a que o sistema deitou mão para atenuar e adiar a crise; Ou ainda quando se cai na ilusão de que existem medidas políticas (nomeadamente medidas de política económica) que podem solucionar os problemas sem tocar no quadro do próprio sistema capitalista, esquecendo que os problemas existem e avolumam-se precisamente porque esse quadro se vai mantendo.

Creio estar aqui boa parte da razão pela qual o movimento revolucionário pelo socialismo não dá sinais de crescer, apesar da decadência do capitalismo. É este a meu ver o nó da situação: um movimento revolucionário bloqueado no meio de uma crise geral do sistema capitalista.

Um capitalismo em fase senil

Se não é uma crise de negócios, nem uma simples deriva ideológica – então o que é a presente crise?

As correntes marxistas que me parece terem uma posição mais clara sobre o assunto chamam a atenção para o facto de as raízes do colapso financeiro de 2007-2008 remontarem

aos anos de 1970. De facto, depois do crescimento impetuoso subsequente à segunda grande guerra, o ritmo de acumulação do capitalismo dos grandes centros mundiais foi sofrendo uma desaceleração. Com altos e baixos, mantém-se há perto de 40 anos com reduzidas taxas de acumulação. O estouro de 2007-2008 (iniciado no coração do capitalismo mundial, é de notar) terá sido o desembocar deste longo processo. E este último trambolhão arrasta agora mesmo os novos centros de acumulação que entretanto se afirmavam – a China, a Índia, o Brasil – cujas taxas de crescimento sofreram quebras importantes.

Todo o sistema capitalista mundial está portanto em quebra, contrariamente à ideia de que se assiste apenas a uma transferência de poderes.

Quarenta anos de crise é coisa que parece contrariar a própria ideia de crise que, na acepção de Marx, é um momento, mais ou menos curto, de acerto de contas entre o excesso de produção e a escassez do mercado. Engels todavia fornece uma pista importante em dois momentos. Numa nota de 1885 à *Miséria da Filosofia* aponta a possibilidade de “a estagnação crónica [passar a ser] o estado normal da indústria moderna, apenas com ligeiras oscilações” (3). Também numa nota ao Livro III de *O Capital*, Engels insiste na possibilidade de os ciclos regulares (até então mais ou menos decenais) terem dado lugar a uma situação caracterizada por “uma alternância mais crónica, mais alongada, a uma melhoria relativamente breve e fraca dos negócios e a uma depressão relativamente longa e indecisa atingindo vários países industriais em momentos diferentes.” (4)

Parece ser este o caso de hoje, com a agravante de o marasmo atingir o grosso dos países capitalistas ao mesmo tempo. Onde está a origem deste declínio arrastado?

Ao que tudo indica, num factor que acompanha e condiciona o processo de crescimento capitalista: a queda da taxa de lucro.

Socorro-me de três estudos, que me parecem dignos de nota, que chamam a atenção para a queda efectiva da taxa de lucro do capital, fruto precisamente, como Marx bem vinhou, do progresso capitalista.

O francês Claude Bitot, em 1995, mostra que a taxa de lucro nos 25 países da OCDE foi decaindo à medida do desenvolvimento posterior à segunda grande guerra (5).

Outro francês, Tom Thomas, vinca o carácter crónico da actual crise, pegando na hipótese colocada por Marx de uma sobreprodução absoluta de capital (6).

Recentemente, em 2011, o norte-americano Andrew Kliman constata também a queda da taxa de lucro nos EUA (“um longo declínio iniciado na segunda metade dos anos 50”). Segundo ele, terá sido essa a causa que foi puxando para baixo os ritmos de crescimento e que tornou débeis as recuperações subsequentes à grande crise dos anos de 1970 e às várias crises dos anos 80 e 90 – acabando por fazer a cama ao colapso de 2007-2008 (7).

A importância que vejo neste ponto de vista é que ele coloca a tónica não em supostas derivas ideológicas (neoliberal ou outra), nem na hipertrofia financeira do capital – mas no bloqueio da própria produção capitalista.

Numa situação em que o capitalismo vê declinar a sua força motriz, que é o lucro, todo o sistema social esgota o seu papel histórico, tornando-se então “um obstáculo ao desenvolvimento da produtividade”. “Com isso”, diz Engels, [o capitalismo] “prova, simplesmente, uma vez mais, que entra no seu período senil e que, cada vez mais, se limita a sobreviver”. (8)

Manuel Raposo

Notas

(1) Carta de K. Marx a P. Annenkov, Marx-Engels Obras Escolhidas, Tomo I, p. 546. Ed. “Avante!” – Ed. Progresso.

(2) Idem, p. 553.

(3) K. Marx, *Miséria da Filosofia*. Prefácio, p. 20. Edições “Avante!”.

(4) K. Marx, *O Capital*, Livro III, p. 1772. Éd. Gallimard.

(5) Claude Bitot, *Inquérito ao capitalismo dito triunfante*. Ed. Dinossauro.

(6) Tom Thomas, *A crise crónica ou o estágio senil do capitalismo*. Ed. Dinossauro. Marx admite uma situação de sobreprodução absoluta de capital nestes termos: “uma sobreprodução que afectaria não este ou aquele domínio ou alguns domínios importantes da produção, mas seria absoluta pela sua própria amplitude e englobaria portanto todos os domínios da produção”. K. Marx, *O Capital*, Livro III, p. 1595. Éd. Gallimard.

(7) Andrew Kliman, *The failure of capitalist production*. Pluto Press.

(8) K. Marx, *O Capital*, Livro III, tomo I, p. 274. Éd. Sociales.



Palavras mágicas

À falta de resolverem problemas, os governos do capital criam cortinas de fumo: palavras, palavras, mais palavras. E como as peneiras não tapam o Sol, e as palavras tão-pouco, todas se desacreditam rapidamente e são substituídas a um ritmo estonteante. Assim, a palavrinha-chave era, há uns tempos, o défice. A obsessão era tal que alguém se sentiu na necessidade de enunciar essa *lapalissada*, de que “há vida para além do défice” – uma verdade verdadeira desde o tempo dos primeiros protozoários, mas nem por isso muito relevante para lidarmos com problemas dos seres humanos no século XXI.

"Crescimento"

Depois, a palavrinha mágica passou a ser "competitividade". Como a obsessão do défice secava toda a vida para além dele, lançou-se a nova fórmula para insinuar que a razia cometida até aí em nome do equilíbrio orçamental tinha também uma racionalidade económica. Cortava-se salários, destruíam-se empregos, desmantelava-se ou esvaziava-se serviços públicos, mas era preciso lembrar que tudo isso prometia uma luz no fundo do túnel, quando os empresários, encorajados por uma exploração facilitada, voltassem a investir. Homenageando involuntariamente a dialéctica hegeliana, os nossos fabricantes de opinião advogavam, sem se desmancharem a rir, a tese de que se destruíam empregos para se criar empregos.

Mas as acrobacias retóricas dos aprendizes da dialéctica nada podem contra os factos: menos empregos e menos salários implicam menos negócios. Nenhum burguês em seu perfeito juízo vai contratar mais trabalhadores, se conhece a impossibilidade de escoar a produção. Não se contrata mais pessoas por ser mais fácil despedi-las, se a produção dessas pessoas apenas vier empilhar em armazém produtos invendáveis. Quem pode querer "competir" por um mercado cada vez mais reduzido?

Em desespero de causa, deixou-se então cair, também, a "competitividade", agora menos popular na linguagem dos nossos ideólogos de serviço. E adoptou-se uma outra, mais vaga e mais vazia. A moda agora é falar em

"crescimento". Na sua campanha eleitoral, Hollande começou por dizer que a austeridade não bastava e que era preciso virar para uma política de crescimento. Agora, faz-se fotografar ao lado dos chefes do G-20, reunidos para aproveitar a cimeira da NATO, e, sem contradita, deixa Merkel afirmar que a política de austeridade está, sempre esteve, ao serviço do "crescimento". Para quê então alguma viragem?

Palavras, palavras, palavras, para toda a política ficar na mesma, e para a sociedade ir de mal a pior. O que tanto palavreado nos quer incutir é uma confiança cega em que a burguesia investirá dinheiro na produção se forem satisfeitas todas as reivindicações que tem na luta de classes. Mas a burguesia não merece confiança alguma e não tem o estofado para salvar a sociedade da crise. Não por um juízo moral que façamos contra um suposto 1% de Scrooges, demasiado avarentos para porem os seus recursos ao serviço do bem comum, não: mesmo o burguês mais honesto e filantrópico não pode proceder doutro modo. É mais forte do que ele. É a sua natureza de classe.

Confiança, só podemos ter na classe trabalhadora. Não a confiança cega e romântica nuns supostos 99% que queiram o bem comum, não: mas a confiança em que só poderá fazer alguma coisa para reanimar a economia aquela classe que tem interesse em defender o trabalho, o emprego, o salário. Não é a certeza de que a classe trabalhadora vai fazer o que é necessário, mas a certeza de que só ela poderá fazê-lo, por ter



Deixou-se então cair,
também, a
"competitividade", agora
menos popular na
linguagem dos nossos
ideólogos de serviço.
A moda agora é falar-se
em "crescimento"

um interesse próprio naquilo que é do interesse geral.

"É a economia, estúpido"

O ministro das Finanças veio agora a público manifestar a sua surpresa por ter havido uma quebra nas receitas fiscais. Vítor Gaspar, cuja competência técnica, de tão universalmente elogiada, só pode mesmo estar acima de qualquer suspeita, arrisca-se, assim, a ser uma espécie de Vítor Constâncio da direita: também o antigo governador do Banco de Portugal, incensado por um coro de adutores, deixara cometer mesmo em baixo do nariz a fraude gigantesca do BPN, que qualquer leigo já teria mandado investigar há muito. Com efeito, não é preciso ser um génio da ciência económica para prever que a brutal política de austeridade aplicada só podia conduzir à quebra de receitas fiscais. Qualquer leigo já tinha percebido isso, há muito tempo.

Mas Gaspar surpreende-se: à força de querer controlar o défice, sufoca a economia. Agora, o défice que estava a expulsar pela porta da austeridade reentra pela janela da receita fiscal.

Vida para além do défice? É vago. Que vida é essa, que há para além do défice? Retomando a frase de campanha do

insuspeito Bill Clinton em 1992, diríamos: é a economia, estúpido. Mas a importância que atribuem à economia os nossos governos testas-de-ferro da especulação financeira está bem documentada no terceiro Mister Magoo desta tríade miope, escolhido, esse, para dar a cara pelo fracasso num Ministério que pomposamente ainda se diz da Economia: o impagável Santos Pereira. Quem entrega a economia ao Alvarinho, é porque não a leva a sério.

"Orgulhosamente sós"

A Alemanha e a França tinham sido as primeiras a violar os limites orçamentais apalavrados com parceiros europeus. A Grécia foi pioneira a pedir o resgate e não há governo que consiga impor-lhe as imposições da *troika*. A Espanha recusa o resgate num dia e pede-o logo a seguir. A Itália para lá caminha. A crise aberta em Espanha, a anunciada em Itália, vêm mais tarde que as outras, mas vêm com todo o peso de médias potências europeias. Só o Governo português não se cansa de repetir sempre a mesma ladainha: "Não somos gregos". Pela resma de desgraças que para aí vai, bem podia dizer também: "Não somos espanhóis, não somos italianos". A mensagem é invariavelmente a do bom aluno – único que se aproveita numa classe inteira. Mas este bom aluno nada aprendeu de História: porque a ladainha da originalidade portuguesa não é mais do que o slogan salazarista do "orgulhosamente sós". E o analfabetismo histórico deste Governo não diz respeito apenas ao slogan: di-lo também às suas consequências. O orgulho solitário de não descolonizar foi o que conduziu a uma outra originalidade portuguesa: a revolução de Abril. Era o que Trotsky chamava a lei do desenvolvimento desigual e combinado: um povo a quem cinicamente se gaba os "brandos costumes", por deixar pacificamente que lhe comam as papas em cima da cabeça, também pode ser aquele que na primeira oportunidade dê corpo a uma explosão revolucionária.

António Louçã

EUA e UE sabotam planos de paz para a Síria

Tal como fizeram na Líbia, os EUA e a União Europeia pretendem derrubar o regime sírio de Bachar al-Assad e colocar no poder um governo a seu gosto. A grande dificuldade para pôr em prática este plano tem sido a oposição da Rússia e da China. Ambas recusam aprovar na ONU sanções e medidas militares contra a Síria, e percebe-se porquê. Primeiro, pelo que sucedeu na Líbia: o aval que deram, na ONU, à criação de uma zona de exclusão aérea foi transformada de imediato numa acção militar ofensiva pelas forças da NATO. Segundo, porque um avanço ocidental sobre a Síria, com consequências sobre o Líbano e o Irão, significaria uma consolidação da NATO no Médio Oriente e um passo mais em direcção às fronteiras da Rússia e da Ásia Oriental.

Nesta guerra que já leva mais de um ano, há muito que as legítimas aspirações dos sírios à democracia e à liberdade foram postas fora da contenda. Empalmadas pelos EUA e UE, essas aspirações servem agora apenas de cobertura para um outro desígnio: estabelecer na Síria um regime aliado. As vantagens seriam evidentes: dar mais margem de acção a Israel, liquidar o Hezbolá no Líbano, retirar aliados ao Irão e, não menos importante, varrer a base naval da Rússia existente em Tartus, na costa síria.

Apio aberto aos rebeldes

Os chamados “rebeldes” sírios são corpos de mercenários de origens diversas (testemunhos no terreno falam de jordanos, sauditas, iraquianos) pagos e armados sobretudo através da Arábia Saudita, mas também da Turquia e de Israel. O apoio que recebem dos EUA e da UE é conhecido e aberto. O designado Conselho Nacional Sírio (CNS) está instalado em França e na Turquia, do outro lado da fronteira.

Desde 2005, pelo menos, que os EUA canalizam fundos para a oposição síria. Em Janeiro de 2011, reabriram a sua embaixada em Damasco, depois de 6 anos de encerramento. O novo embaixador, Robert Ford, é um protegido de Negroponte, o organizador dos esquadrões da morte em El Salvador e no Iraque. Ford contactou os grupos de opositoristas sírios e teve papel decisivo na criação de

condições para as acções armadas. Dois meses depois de ter chegado a Damasco, começou a insurreição (dados da *Global Research*). Os métodos para promover a guerra são terrivelmente semelhantes aos que foram aplicados no Iraque e na Líbia: criar divisões sectárias, acirrar diferendos religiosos, provocar morticínios que gerem escaladas de violência, atribuir ao governo sírio todas as violências e todas as vítimas.

Sabotar qualquer acordo

Por duas vezes, Kofi Annan, como representante da ONU, tentou pôr de pé um acordo de cessar-fogo que permitisse negociações políticas. Em ambos os casos os EUA e a UE trataram de os sabotar.

Dias depois do primeiro acordo, lançado em Março, o chamado “Grupo de Amigos da Síria”, em que pontificam os EUA e a UE, reconheceu o CNS como “representante de todo o povo sírio”, pondo de lado não só o regime como os sectores da oposição que não lhes são afectos. Prosseguiram o apoio às acções armadas dos rebeldes culpando as tropas sírias pela continuação dos combates. E conseguiram assim que o plano fracassasse.

Um segundo acordo proposto por Kofi Annan em final de Junho, de novo em nome da ONU, previa a criação de um governo de transição constituído com membros do actual poder e da oposição e, claro, a cessação das acções armadas. Subscrito a



30 de Junho em Genebra num primeiro momento, o acordo foi minado pelos EUA no dia seguinte num golpe de teatro próprio de tralhas: a senhora Clinton recusou que desse governo fizesse parte Bahar Al-Assad, por “ter as mãos tintas de sangue”.

Uma vez mais, o propósito é prosseguir as acções armadas, como até aqui, através dos grupos rebeldes; e provocar a penúria entre a população por meio de sanções económicas, conduzindo a Síria aos caos.

O papel da NATO

Impossibilitados de obter o aval da ONU para atacar a Síria, dada a oposição russa e chinesa, os EUA e a UE procuram motivos para uma intervenção através da NATO. É desse modo que tem de ser visto o papel da Turquia, membro da Aliança. A violação do espaço aéreo da Síria por um avião militar turco, abatido pelos sírios, foi um acto de provocação

destinado a dramatizar a situação e a tentar internacionalizar o conflito.

Houve toda a razão em dizer, na altura do ataque à Líbia, que as forças imperialistas procuravam não apenas os recursos petrolíferos líbios mas sobretudo criar uma base de contra-revolução para desarticular as genuínas insurreições populares dos países árabes. O mesmo se passa com a Síria (onde nem sequer existem grandes recursos naturais), sobretudo à vista da persistente revolta popular no Egito que ameaça, felizmente, retirar uma base importante ao domínio imperialista no Médio Oriente. Igualmente havia razão em denunciar o novo estatuto da NATO, aprovado na cimeira de Lisboa, que não escondia o propósito de fazer da Aliança o braço armado comum da UE e dos EUA com funções de gendarme mundial.

Manuel Raposo

França e Grécia: que mudanças houve?

As eleições, por regra, não revolucionam os regimes que as promovem – quando muito, mostram os limites das mudanças comportadas por esses mesmos regimes. Mas há resultados que espelham o movimento das classes nelas envolvidas. É o caso das eleições recentes em França (presidenciais) e na Grécia (legislativas). Todos os comentários têm dito o óbvio: que em ambos os casos “os eleitores” rejeitaram as políticas de “austeridade” e “penalizaram” as forças que as promoveram. Mas isso é ficar pela superfície da questão. No caso, importa mais ver como e quem rejeitou a “austeridade”, e em que estado ficaram os regimes e as forças partidárias em resultado do voto.



Equilíbrio tornado instável

O equilíbrio político na Europa, como em quase todo o mundo capitalista mais desenvolvido, tem sido mantido pelo apoio das chamadas classes médias à burguesia capitalista. Esse apoio e esse equilíbrio expressam-se na rotatividade, sem surpresas, de governos dos partidos mais representativos dos interesses do capital que conseguem chamar a si a maioria do voto dessas camadas médias. Foi o caso, em França, da UMP de Sarkozy, ou dos seus equivalentes anteriores; e do PS, hoje de Hollande, ontem de Mitterand. Ou como tem sido, na Grécia, a alternância entre a direita da Nova Democracia e o Pasok. Ou como entre nós entre PS e PSD.

Esta estabilidade, na aparência pacífica, traduz no entanto uma luta de classes surda em que praticamente todas as forças contrárias ao regime, nomeadamente as correntes proletárias, têm sido silenciadas e a sua acção bloqueada pelo papel de almofada

desempenhado por aquelas classes médias.

A crise actual, porém, está a trazer a novidade de desgastar fortemente a condição de vida e, portanto, o estatuto social dessas classes médias. É assim natural que, perdendo boa parte das razões para manterem a crença no regime que as alimenta, se dê no interior dessas camadas um processo de divisão e de deriva política. Mesmo que o resultado deste processo não seja necessariamente um posicionamento anticapitalista, pelo menos da maioria dessas camadas, há sinais, em todo o caso, de que esta evolução vai pondo em causa as condições em que o poder da burguesia se exerceu desde o final da segunda grande guerra. Por isso importa, a meu ver, perceber o que a este respeito se verificou em França e na Grécia.

França dentro da norma

A primeira constatação é de que os dois casos são distintos, não podendo colocar-se os efeitos

políticos das presidenciais em França a par do que se deu na Grécia.

Em França, a deslocação para “a esquerda” (isto é, para o PS) não altera o movimento pendular das últimas décadas. De resto, a margem mínima com que Hollande bateu Sarkozy nem sequer mostra uma notória deslocação à esquerda. Em todo o caso, dois outros resultados parecem confirmar a erosão da tradicional base de apoio das duas maiores tendências do poder, de que acima se fala: são eles o voto importante na Frente Nacional, de extrema-direita; e o crescimento, menos importante, da Frente de Esquerda.

As duas principais forças do poder somaram, ainda assim, mais de metade dos votos. Se lhes juntarmos a extrema-direita e o resto da direita chega-se a mais de 83%. Estes números são consistentes com o facto de as lutas sociais terem sido pontuais, de terem permanecido geralmente em baixo nível – tirando a grande onda radical do operariado, com o sequestro de patrões, na primavera de 2009. São consistentes ainda com a passividade com que os franceses em geral permitiram os actos imperialistas de Sarkozy contra a Líbia e a Síria (prosseguidos de resto pelo governo de Hollande).

Grécia fora dos eixos

O panorama grego é outro. Os resultados (em Maio como em Junho) mostram uma clara fragmentação do bloco de forças central de apoio ao regime, na forma em que tem funcionado. A Nova Democracia e o Pasok somados ficaram, em Maio, pelos 32%, quando em 2009 tinham tido mais de 77%; e as diversas forças de esquerda ultrapassaram os 34%, contra menos de 15% em 2009. Em Junho, Nova Democracia e Pasok subiram para perto de 42% (toda a direita atingiu os 56%); e a esquerda aproximou-se dos 38%.

Essa fragmentação traduziu-se num grande crescimento da

direita fascista. Mas foi maior o crescimento da esquerda que se opõe ao pacto com a *troika* e às medidas de “austeridade”, em que se destaca o Siriza, agora segunda força partidária. A luta radical e persistente dos gregos não foi portanto em vão. Foi ela, seguramente, que contribuiu para mobilizar contra a política da burguesia boa parte dos trabalhadores e certamente uma parte das classes médias mais baixas atingidas pela crise. O descalabro dos partidos do poder mostra que a luta de rua dá frutos. Mesmo que uma mudança radical da situação pareça estar ainda longe, o regime foi fortemente abalado.

Mudança, só da Grécia

Os mesmo comentadores que se apressaram a equiparar os resultados das eleições francesas e gregas – mas que não lhes evidenciaram as diferenças políticas nem o movimento social que lhes estão na base – insistem em que serão as propostas de François Hollande a alterar o rumo da União Europeia; e que isso pode vir a “aliviar a austeridade”, beneficiando os países intervencionados pela *troika*, nomeadamente a Grécia. Ora, é exactamente o contrário que está a dar-se. A mudança de presidente na França não alterou o balanço de forças dominante e o papel de Hollande pode, por isso, ficar-se pelo discurso do “crescimento” a par da continuação de uma “austeridade mais suave”. Na Grécia, pelo contrário, as bases partidárias em que assentava o poder foram atingidas e, para responder aos riscos que isso implica, as potências europeias vão ser forçadas a prestar atenção ao sinal de aviso dado pelo povo grego. Não é pois a “mudança” na França que vai dar uma saída à Grécia; é a mudança na Grécia que vai forçar a burguesia europeia a encontrar forma de evitar males maiores para todo o regime que governa a União Europeia.

Manuel Raposo

Luta de massas determinou eleições gregas

A vitória tangencial da direita, (que fez a burguesia europeia suspirar de alívio) a deslocação de uma enorme massa anti-austeridade para a esquerda moderada, a derrota brutal do KKE, a minimização do PASOK relegado para um plano insignificante e o aumento da extrema-direita, revelam-nos com crueza uma Grécia fragmentada e dominada pela agudização da luta de classes. A nova governação à direita terá de contar com a oposição de um movimento de massas que claramente rejeita a política de austeridade e de empobrecimento que são a emanação das políticas da *troika* para toda a Europa.



A enorme subida da esquerda moderada – o Syriza – longe de representar um retrocesso, pelo contrário, significa a aproximação das massas a uma política anti-*troika* que o mesmo é dizer anti-austeridade. Foi com a promessa de que rasgaria o memorando da *troika*, e que anularia as medidas de austeridade, que amplos sectores se aproximaram do Syriza e lhe deram o voto, possibilitando a este agrupamento mais ou menos radical assumir na sociedade grega o papel de uma esquerda combativa, “responsável”, que soube bater o pé à austeridade da *troika* imperialista.

A moderação do Syriza

As limitações políticas do Syriza, que se reflectem na sua integração plena no chamado jogo democrático burguês, que o leva a defender que, através das eleições conseguirá a refundação de uma Europa democrática e

desenvolvida, são afinal os seus limites políticos e ideológicos (partilhados em Portugal de forma entusiasta pelo Bloco de Esquerda) e que são hoje uma corrente moderada com expressão europeia. Para as massas que lhe deram o voto, o que contou foram o seu programa anti-austeridade, as suas promessas de se opor ao memorando, o seu “bom senso” de não cortar nem com o euro nem com a União Europeia. No fundo, aceitaram a sua moderação “radical”.

Quebra do KKE

Sem parecer entender o quadro em que se movimentam as massas, e sem perceber o seu grau de amadurecimento político, o KKE (Partido Comunista Grego) ficou praticamente esmagado vendo fugir-lhe metade do eleitorado. O KKE não percebeu que a luta de classes não se comporta de acordo com esquemas mas sim de acordo com os interesses das massas.

Atirando com palavras de ordem avançadas para cima do movimento: saída do euro, saída da UE, socialização dos meios de produção, poder popular; tratando as forças de esquerda moderadas como agentes do capital e do imperialismo – o KKE isolou-se no seu casulo, numa arrogância de iluminados que julgam ser os donos da verdade absoluta.

O que se torna caricato é que o partido irmão português do KKE, extremamente moderado, defensor de um crescimento económico “nacional”, do reforço do aparelho produtivo, da renegociação da dívida, e que não diz uma palavra acerca da saída do euro e da UE, venha assumir em comunicado, a defesa do KKE, com base em que este travou uma luta em condições difíceis de bipolarização. A bipolarização na luta de classes deveria afinal ser favorável aos comunistas, pelos vistos já não é assim. Quanto ao crescimento eleitoral do Syriza, o PCP pura e simplesmente ignora esta força da esquerda moderada, numa atitude arrogante, na linha do que faz o KKE.

O caminho da luta de massas

Porém, a Grécia não poderá deixar de ser para todos nós o exemplo de como fazer frente ao capital e concretamente às imposições de austeridade da *troika* imperialista, e que poderá propiciar uma viragem à esquerda na maturação da consciência do proletariado e das massas. Esse caminho que nos aponta a Grécia é o caminho da luta de massas sem tréguas ao capital e às suas medidas de austeridade. O apoio dos trabalhadores portugueses aos trabalhadores gregos só pode ser incondicional, nomeadamente pela sua radicalidade e firmeza, que fizeram recuar os partidos burgueses.

Sem dúvida, que a luta do KKE através da PAME, a sua propaganda de objectivos revolucionários junto dos sectores mais avançados do

movimento, teve influência na radicalização do movimento grevista anti-*troika*. Por outro lado, a emergência da democracia pequeno-burguesa através do aumento de votação no Syriza, não sendo uma vitória do proletariado, não deixa contudo de revelar uma passagem de votantes sociais-democratas para uma força moderada, contudo, anti-austeridade, e é essa qualidade que é necessário realçar, e não o facto de o Syriza ser moderado. O que nos interessa é saber como avançar assestando golpes no inimigo principal aliando e ampliando novas forças à luta contra o capitalismo. Se, por exemplo, o Syriza renegar o seu compromisso anti-austeridade, depressa se desmascarará aos olhos dos trabalhadores, e mais depressa cairão as ilusões dos que nele depositaram confiança.

A luta vai prosseguir

A revolução é feita pelas massas, pela maioria das massas pobres e não por qualquer grupo ou individualidades iluminadas pelo dom da verdade, e é por isso que qualquer tendência do KKE para se isolar no seu casulo, desprezando o movimento real das massas, estará condenado ao fracasso e ao isolamento. A soberba de um grupo revela-se exactamente na renúncia a qualquer tipo de aliança e na sua auto marginalização, mesmo que tal grupo ou partido pregue os melhores princípios do mundo. Atacar juntos, caminhar separados, continua a ser um bom princípio para todos os que querem efectivamente derrotar o capitalismo.

Os problemas para o povo grego vão agravar-se, porque a direita só pode produzir desigualdade, miséria e austeridade: é esse o programa com que o capital quer sair da crise.

Na Grécia a luta vai continuar. De um lado os explorados, do outro os exploradores, mais do que nunca cabe aos trabalhadores portugueses apoiar as lutas dos trabalhadores e do povo gregos.

José Borralho

“Se os nossos filhos passarem fome...”



Mais de 200 mineiros de vários pontos do norte de Espanha caminham desde dia 22 de Junho em direcção a Madrid numa Marcha Negra em que reclamam a reposição dos apoios estatais à exploração de carvão. Os cerca de 8 mil mineiros espanhóis (das Astúrias e Leão, mas também de Castela e de Aragão) entraram em greve por tempo indeterminado em final de Maio, quando o governo de Rajoy anunciou um corte drástico nos subsídios que ameaça pura e simplesmente fazer encerrar as minas de carvão. A determinação dos mineiros asturianos ficou bem patente nos confrontos com a polícia. E o seu sentido de classe ficou também bem expresso nas sucessivas manifestações já realizadas. Numa delas, uma faixa dizia: “Se os nossos filhos passarem fome, os vossos verterão sangue”.

A greve, que dura há mais de um mês, já é uma das maiores da história das Astúrias. Para além de sofrerem as medidas de austeridade aplicadas a todos os trabalhadores espanhóis, os mineiros sentem os postos de trabalho ameaçados pela redução dos apoios governamentais, já cortados em mais de 60%. Reclamam por isso a reposição desses apoios, respondendo assim à ameaça do primeiro-ministro que declarou estar na disposição de “prosseguir nesta linha (de austeridade) enquanto for necessário”.

A experiência dos mineiros leva-os a desconfiar das conversas de patrões e governos acerca da “reconversão” do sector. Na verdade, como dizem os sindicatos, trata-se de uma tentativa de encerramento das minas. Dos 70 mil mineiros que existiam na década de 1970, restam 7 a 8 mil distribuídos por 40 minas. A “reconversão” e a “modernização” foram sempre os pretextos para encerramentos, privatizações e despedimentos, sem que a restante actividade industrial absorvesse a

Milhares de mineiros em greve por tempo indeterminado no norte de Espanha. Representações de mineiros ingleses, alemães, polacos e chilenos dão apoio aos seus camaradas espanhóis

mão de obra mandada para o desemprego. Conhecendo bem tudo isto, a luta desencadeada em Maio não se ficou apenas pela paralisação. Vários trabalhadores encerraram-se nas minas em protesto. Através de cortes de estradas e de linhas de caminho de ferro os mineiros chamaram a atenção de toda a Espanha e do mundo para a sua situação. Não se deixaram intimidar pela polícia de choque que foi enviada para os silenciar e abafar os protestos. Com escudos metálicos, foguetes artesanais, físgas e toda a espécie de projecteis defenderam-se e contra-atacaram acabando por colocar a polícia em respeito – de tal modo que as autoridades preferiram, a dado ponto, evitar os confrontos.

Um velho dirigente sindical, num vídeo entretanto retirado do ar, dirigiu-se cara-a-cara a um polícia de choque dizendo-lhe: “Se tivermos de dar-vos batalha, vamos dar-vos batalha. Estou há 60 anos na primeira linha deste ofício e não admito repressão, nem na ditadura nem na democracia”. Tanto nas Astúrias como noutras regiões é amplo e significativo o apoio por parte das populações, que se juntam aos mineiros nas manifestações e os recebem com incentivos à luta nas localidades por onde passa a marcha. Vários vídeos disponíveis na internet ilustram este facto. O apoio internacional tem sido também notório: mineiros ingleses, polacos, alemães e chilenos estiveram nos locais de greve a prestar solidariedade aos seus companheiros espanhóis.

A exemplo disto, seria de grande significado se os sindicalistas, e particularmente os mineiros, portugueses tivessem o mesmo gesto de camaradagem para com os seus companheiros de Espanha. É que a luta é comum, deste e do outro lado da fronteira, e todos os gestos de solidariedade efectiva traduzem-se num reforço da capacidade de resistência dos trabalhadores.

Urbano de Campos

Uma indústria

A imaginação terrorista do sionismo parece não ter limites. Recentemente, sob o rótulo de “oferta turística”, foi criado um campo onde os turistas podem treinar “tiro ao terrorista”, em que os alvos são figuras de árabes em tamanho real. O proprietário é um oficial na reserva do exército israelita e o campo, também usado pelas forças armadas e policiais israelitas, localiza-se no território palestino da Cisjordânia ocupado e colonizado ilegalmente por Israel há 45 anos. O “treino” pode ser feito tanto por adultos – com balas verdadeiras – como por crianças a partir dos 5 anos, que praticam, para começar, a versão *soft*, com armas de *paintball*.

O Holocausto é, uma vez mais, invocado para o caso. O dito empresário afirma que quer exaltar o “orgulho judaico” e mostrar que o Estado israelita sabe “ensinar defesa ao mais alto nível”. A “defesa” praticada por Israel tem sido, na realidade, o ataque sistemático aos palestinos e aos árabes, a usurpação dos seus territórios e dos seus direitos à liberdade.

Como bem referiu Norman Finkelstein, um judeu lúcido, o Holocausto tornou-se para os sionistas uma indústria lucrativa que explora o sofrimento dos judeus às mãos dos nazis. É o que mostra mais este exemplo.

Manuel Raposo

DITO

Não há pior analfabeto que o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. O analfabeto político é tão burro que se orgulha de o ser e, de peito feito, diz que detesta a política. Não sabe, o imbecil, que da sua ignorância política é que nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, desonesto, o corrupto e lacai dos exploradores do povo.

Bertol Brecht (1898-1956)